

De uma tal formulação se concluiria logicamente, embora simplistamente como faz a generalidade dos teóricos do desenvolvimento, que o problema dos países “subdesenvolvidos” consiste apenas em estimular aquela “propagação” que está na ordem do dia do “desenvolvimento orgânico da economia mundial”, e procurar os meios para chegar a isso a fim de elevar a produtividade daqueles países e da sua população ao nível da técnica moderna. Isso é desprezar o fato histórico que o baixo nível de produtividade de países como o Brasil não decorre do “atraso” de sua economia, mas pelo contrário, na maior parte dos casos e nos fundamentais, da inversão do desenvolvimento, através da flutuação cíclica da economia colonial, para a estagnação e a decadência.

O problema está portanto em deter aquela flutuação cíclica, eliminá-la pela raiz; e isso somente será possível com a subversão completa do sistema colonial e do imperialismo em que hoje tal sistema se engasta. A subversão portanto, e precisamente, daquele “desenvolvimento orgânico da economia mundial” que está acentuando cada vez mais o sistema colonial; inclusive quando introduz nos países coloniais a técnica moderna.

#### IV

Já foi observado anteriormente que uma política social, e a política econômica em particular, isto é, as normas de conduta e ação social e econômica, não se propõem e não se podem propor fora e acima dos fatos que tal política e tais normas objetivam orientar e conduzir. Os fatos são como são, têm uma existência e encerram um dinamismo próprios que independem de nossa vontade individual; e nesse sentido não podemos intitular-nos árbitros deles. Essa seria a posição idealista e utópica na qual se colocam todos aqueles que pretendem sobrepôr-se aos acontecimentos e ditar-lhes regras. Não é assim que se alcança a ciência normativa; ou pelo menos não é assim que se consegue fazê-lo com segurança e precisão. (Qualquer política ou norma prática deve resultar do próprio processo de desenvolvimento dos fatos; constitui por assim dizer uma das circunstâncias daquele desenvolvimento, e nesse sentido a êle se subordina.) Pode-se afirmar isto inclusive da finalidade ou fim que se objetiva, e que também não se propõe e não se pode propor fora e acima dos fatos. Essa questão todavia da finalidade de uma política econômica brasileira na

atualidade será vista noutra capítulo. Consideremos aqui a preliminar necessária das circunstâncias ou contingências dentro de que é possível propor aquela política. Trata-se em suma de averiguar, com base nos fatos da evolução econômica e da conjuntura atual em que nos encontramos, qual a política econômica proposta por êsses mesmos fatos tal como êles efetivamente se apresentam e se desenvolvem. Caracteriza-se assim o nosso problema pela análise de tal desenvolvimento, e particularmente das contradições que êle oferece e que o impulsionam. É nessas contradições que se configurará aquela política; ou pelo menos se configurarão as possibilidades e eventuais alternativas que se oferecem a uma tal política. Com o que já vimos anteriormente, temos em mãos o necessário para orientar nossa pesquisa e interpretação; isto é, sabemos como e para onde nos dirigir, e quais vêm a ser as contradições inerentes, na atualidade, ao sistema colonial que constitui como vimos a essência da economia brasileira.

Algumas considerações preliminares e de ordem geral nos colocarão nesse caminho e ajudarão o ordenamento do assunto. É dentro de um sistema individualista e por conseqüência anárquico da produção que funciona a economia do mundo contemporâneo fora da esfera socialista. Entendo aqui por êsse "sistema individualista e anárquico", a atividade econômica impulsionada fundamentalmente e em última instância pela livre ação dos in-

divíduos, cada qual orientado exclusivamente pelo seu interesse pessoal e imediato, e satisfazendo seus fins pela maneira que lhe parece mais conveniente. Num tal sistema — e é o que essencialmente ocorre na atual fase histórica em que nos encontramos — o fato social e o econômico em particular, constituem a resultante daquela ação individual de milhões de homens determinando-se por sua conta e risco. A expressão científica de tal resultante são as leis econômicas (cingindo-nos à Economia que nos ocupa); e dessas leis, a fundamental de que direta ou indiretamente derivam as demais e que é a do valor, verifica-se e se concretiza na oferta e procura, seja de bens materiais, seja de força de trabalho e serviços em geral; oferta e procura essas que ocorrem e podem ser observadas no mercado. Será aí que nos deteremos inicialmente, a saber, nas condições de funcionamento do mercado brasileiro no sentido amplo e genérico de setor para onde convergem as atividades econômicas em geral, e produtivas em particular. (Consideremos portanto o mercado brasileiro e suas características essenciais.)

Já distingui anteriormente, no mercado brasileiro, dois setores: o externo e o interno; e foi dito algo sobre a importância dessa distinção. Ela não é apenas essencial, mas ainda constitui o traço distintivo mais profundo da economia brasileira. Está claro que a dualidade de mercado ocorre em qualquer país, porque em nossos dias, salvo em regiões excepcionalmente remotas da civilização, não há

Lei  
Valor

O Mercado  
brasileiro



mercado interno, é a procura no externo, si bem que não haja nenhuma relação direta de equilíbrio econômico entre aquêles dois fatos. Êsse é apenas um exemplo entre outras eventualidades possíveis, da interação dos dois setores do mercado brasileiro. Infelizmente êsse assunto não mereceu ainda a devida atenção dos economistas brasileiros e dos países de nosso tipo em geral; nem mesmo tem sido lembrado suficientemente como um capítulo da teoria econômica de importância considerável para nós outros coloniais. Falta-lhe por isso ainda, e por assim dizer inteiramente, um tratamento sistemático e teórico adequado.

Tenho por conseguinte que me conformar aqui com a consideração particularista do assunto; isto é, limitar-me a descrever empíricamente os fatos observados, tirando dêles as conclusões imediatistas que sua interpretação comporta. Noutras palavras, procurarei analisar o comportamento e evolução paralelos dos dois setores do mercado brasileiro, começando pela observação, no passado, daquelas situações históricas onde com mais facilidade se poderão distinguir e isolar os fatos elementares que o crescimento posterior do país baralhou e confundiu em grande parte.

Um princípio ou lei geral, apontada já anteriormente, domina a questão, a saber, que o mercado interno, abastecido pela importação e produção doméstica, deriva ou resulta da ocorrência de atividades econômicas que se orientam essencialmente

para o abastecimento do mercado exterior. Nos ciclos mais antigos da história econômica do Brasil, bem como nos mais simples e de menor envergadura, observamos uma produção para exportação rudimentar e bastando-se com uma atividade econômica elementar e de pequeno vulto. Em consequência, encontramos uma organização interna modesta e simples, seja que a consideremos do ponto-de-vista demográfico, social ou técnico. Donde necessidades e consumo escassos, e um mercado interno insignificante que se satisfaz com produção interna e importação mínimas. O caso extremo dêsse tipo que podemos lembrar é o do ciclo da extração do pau-brasil na aurora de nossa existência, em que a comunidade aqui estabelecida e organizada para fornecer madeira ao mercado europeu, se constituía unicamente de uns poucos traficantes que mal se demoravam aqui, e de índios que esporadicamente concorriam cedendo a fôrça de seu trabalho em troca de bugigangas e escassos instrumentos necessários às suas atividades: machados, facas... Um mercado interno, portanto, praticamente nulo; e uma sociedade também, note-se de passagem, rudimentar e precária. Isso apesar do mercado externo não ser no caso desprezível. (O fator decisivo era então, como será em outros ciclos, a técnica exigida pela produção exportável, que no caso do pau-brasil se reduzia ao mínimo: cortar as árvores que cresciam abundantemente à beira do mar e portanto na proximidade

Per-  
Brasil

data de  
complexificação do M.I

do transporte relativamente fácil que levaria a madeira para os mercados consumidores.

Já no caso do açúcar, o problema da produção se complica. Era necessário instalar e tocar lavouras e engenhos; recrutar mão-de-obra numerosa, permanente e estável; transportar um produto delicado e de difícil manejo a distâncias já respeitáveis; comerciá-lo localmente, porque os empresários da produção não eram como os traficantes de pau-brasil que levam êles próprios o produto até o mercado ultramarino. Essas e outras contingências determinadas pela produção açucareira dão origem a uma sociedade estável e mais complexa que a do ciclo do pau-brasil; e com ela, um aparelhamento material de certo vulto: propriedades agrícolas sòlidamente estruturadas, núcleos urbanos de alguma importância, vias de comunicação e portos, etc. A complexidade da produção açucareira demandada pelo mercado externo deu origem à primeira sociedade estável e de certa expressão demográfica, social e econômica que tivemos no território que seria brasileiro. E com ela encetou-se a vida do nosso país e nacionalidade.

Isso já importava, como logo se vê, em necessidades materiais de vulto, e a par do mercado externo que fizera nascer aquela sociedade, surge um mercado interno que já se nota. Êsse mercado estimulará uma produção local de gêneros de subsistência, um pequeno artesanato e uma nascente im-

portação. Muito débil, naturalmente, porque a massa e grande maioria trabalhadora consome pouco e praticamente nada mais que seu sustento. A técnica da produção, de seu lado, se satisfazia com pequenas exigências: praticamente só os metais empregados na maquinaria dos engenhos e nos instrumentos de trabalho eram trazidos de fora. Mais as armas, naturalmente, com que manter em respeito e no trabalho os índios e africanos. Além disso, uns poucos gêneros então suntuários (tecidos, vinhos, azeite, condimentos, farinha de trigo, etc.) que amenizavam um pouco e faziam mais suportável a vida aqui nos trópicos a êsses "exilados" que eram os empresários europeus da colonização. Essa referência ao consumo suntuário de artigos importados e destinados ao gozo da classe abastada e dominante é de interesse, porque revela um traço característico da economia, se não da sociedade brasileira: o desajustamento de gente que tem os pés aqui e a cabeça na Europa. O que econômica e comercialmente quer dizer importações e um tremendo ônus impôsto ao equilíbrio financeiro do país logo que aquela classe se liberta do domínio metropolitano e pode dar vazão às suas ambições e apetites.

Voltemos contudo à nossa análise. Apesar de tudo, aquêle mercado interno da colônia é em termos absolutos de pequena monta. Mesmo nas suas fases de ascensão e apogeu, os nossos ciclos do tem-

po de colônia são no que se refere ao mercado interno, de pouca expressão. Embora o externo muitas vezes avulte: sabemos da importância, no comércio internacional, do açúcar brasileiro no séc.XVII, e do ouro e dos diamantes no seguinte. Quando então este mercado externo se contrai, o que assinala a fase de declínio do ciclo, sobrevém a rápida decadência daquele mercado interno. Isso é consequência natural da decomposição econômica, social e mesmo demográfica que ocorre em tal conjuntura e a que já me referi acima. Estabelece-se então o círculo vicioso que tende a deteriorar cada vez mais a situação: a redução do mercado interno desestimula a produção, eliminando-se assim atividades que não têm mais em que se aplicar; e isso por seu turno provoca novas contrações do mercado. O equilíbrio vai restabelecer-se num nível muito baixo e na realidade vegetativo e muito próximo de economias primitivas e naturistas; isto é, em que a produção é para o consumo direto e imediato do próprio produtor. A economia do caboclo, em suma, em que a parcela comerciável da produção é mínima, e mal se pode mais falar em "mercado." Essa situação ocorre no termo da generalidade dos nossos ciclos econômicos, quando se amortece afinal o impulso dado pela fase anterior de prosperidade; e hoje ainda uma parte apreciável da população brasileira vive nessas condições, ou muito próxima a elas.

E' importante notar bem essas circunstâncias e suas causas, porque elas mostram desde logo como é vão falar entre nós quando se trata de reerguer regiões empobrecidas, em aumento da capacidade produtiva e desenvolvimento da técnica. Antes de pensar nesse assunto, é preciso cogitar do destino a dar à produção assim aumentada. O vício que em última instância corrói a economia de boa parte do Brasil não é um nível técnico baixo, e sim a insignificância dos mercados: é aí que se situa o ponto nevrálgico do círculo vicioso que se trata de romper a fim de revitalizar a economia do país, ou de importantes setores dêle. Voltaremos a isso em outro capítulo.

Embora qualitativamente a evolução da economia brasileira tenha sido em linhas gerais aquela que aponte, isto é, tenha-se realizado através de ciclos muito semelhantes uns aos outros e que se consumem ou tendem a se consumir como foi visto, várias circunstâncias novas vão atuar desde princípios do século passado para trazerem progressivamente modificações que embora, rigorosamente falando, sejam quantitativas apenas, vão tomando tamanho vulto que prefiguram uma transformação já de outra natureza, isto é, qualitativa. Pode-se assinalar o ponto de partida dessa nova etapa da evolução histórica do Brasil com a transferência da Côrte portuguesa em 1808 e a conseqüente independência de fato do país, e afinal de direito em 1822. Do ponto de vista econômico, êsses acontecimentos



CIRCULATA  
C. M. RAM



significam essencialmente uma extensão imediata, e crescente em proporções apreciáveis, do mercado interno brasileiro. O estabelecimento da Côrte e o afluxo da aristocracia portugêsa, bem como de estrangeiros; o efeito psicológico do exemplo e modelo que essa gente oferece aos habitantes da colônia, acrescido do convívio internacional que se inaugura para o Brasil (pois a colônia vivera segregada e praticamente isolada do resto do mundo), tudo isso e outras circunstâncias ligadas a êsses fatos, modificam profundamente a vida brasileira ou pelo menos de suas classes mais abastadas, alargando as necessidades e portanto o consumo do país. A isso se acrescenta a tarefa que logo se impõe de fazer de uma colônia de nível material muito baixo, uma nação soberana com não poucas pretensões, pois nada menos que um trono de raízes européias é que deveria representá-la. Econômica e financeiramente, êsse problema se propõe em termos de custeio de uma tal transformação, o que não podia ser e realmente não foi de pouco vulto. Tratava-se de estruturar e manter um aparelhamento político e administrativo amplo, inaugurar serviços públicos inexistentes ou rudimentares na colônia, nivelar ou pelo menos tender para a nivelção do país com os modelos europeus. Isso era o mínimo que se podia exigir de uma nação digna do convívio internacional.

Tais exigências significavam evidentemente, postas em valores econômicos, a larga extensão do

consumo e portanto do mercado brasileiro interno. Mas teriam ficado unicamente em aspirações, se faltassem recursos para torná-las efetivas. O país encontrará êsses recursos graças à oportunidade que lhe oferece a ampliação do mercado externo paralela ao crescimento de suas novas necessidades. Desde logo, e com a abertura dos portos em 1808, ampliam-se os horizontes dêsse mercado que a política da Metrópole, além de mesquinha e exclusivista, também comercialmente incapaz, mantivera sempre dentro de acanhados limites. Mas o que contribuirá decisivamente para o alargamento do mercado externo do Brasil será o apêlo do consumo mundial para um artigo que encontrará aqui as mais favoráveis condições de produção. Trata-se, como bem se sabe, do café.

O café, nas condições e volume em que se produzirá no Brasil para atender à procura do mercado externo, significará para nós de um lado, os recursos de que o país necessitava para satisfazer suas aspirações de nação soberana que pretendia um lugar condigno no concêrto internacional; ou mais precisamente para satisfazer as aspirações das classes que com a Independência se tornaram aqui dominantes. Doutro lado, a estrutura e organização econômicas que se fazem necessárias para aquela produção e exportação do café, representarão um alargamento considerável das necessidades do país, e portanto do seu consumo e mercado interno. Segundo a lei que referi acima da eco-

nomia brasileira, a ampliação do mercado externo traz desde logo a do interno. / E dessa vez, por força das novas circunstâncias políticas e sociais de que procurei dar acima uma idéia, esse desenvolvimento do mercado interno acompanhará muito mais próximamente o progresso do externo. Aquilo que poderíamos denominar o coeficiente da progressão do mercado interno com relação ao externo, é no caso do ciclo cafeeiro certamente muito maior que nos ciclos anteriores da história brasileira.

Outra circunstância que concorrerá para isso além daquela que apontei acima, é que a produção e exportação do café, e dadas suas proporções e condições próprias em que se realiza, exigirá um aparelhamento muito mais amplo — o que representa, está claro, necessidades econômicas maiores, e portanto consumo e mercado interno mais largos. Isso se observa, em primeiro lugar, no recrutamento da mão-de-obra exigida pela expansão da lavoura cafeeira. Até 1850, essa mão-de-obra será representada pelos escravos importados da África; e corresponderá assim, economicamente, a um consumo semelhante ao de outro equipamento produtivo qualquer. Sem contar que sua presença, dados os números em que afluí nos anos que precedem a abolição do tráfico, terá sempre uma certa expressão de consumo, apesar do baixo padrão de vida dos escravos. Contribui assim por pouco que seja, pa-

ra alargar o mercado interno. E' todavia com o imigrante europeu que vem substituir o trabalhador escravo, e que afluí em proporções crescentes até os primeiros anos do século atual, que se amplia de maneira ponderável o mercado interno. Embora em termos absolutos o consumo do trabalhador europeu não possa ser considerado grande, ele foi sem dúvida bem maior que o do trabalhador brasileiro mesmo depois de libertado da escravidão. Não pode haver dúvida que o afluxo de imigrantes trouxe para o mercado brasileiro um forte impulso.

Além disso, a produção e exportação do café exigirá um aparelhamento material relativamente considerável, seja para a produção propriamente, seja para o transporte do produto. Nesse setor, é suficiente lembrar as estradas de ferro e as instalações portuárias. Finalmente, o que contribuirá para alargar as necessidades econômicas com o advento da economia cafeeira, é a complexa estrutura comercial e social que se ergue sobre essa economia, ou é direta ou indiretamente por ela determinada, desde a grande concentração demográfica e de nível relativamente elevado que provoca em certas regiões do país, até o aparecimento de classes realmente abastadas (o que não ocorrera ainda no passado), e até mesmo de grande expressão financeira. Em suma, como consequência da produção e exportação do café, bem como das circunstâncias anteriormente apontadas, constitui-se no Brasil um mercado interno que se exprime já

desde o último quartel do século passado por índices bastantes elevados e sem paralelo na história anterior do país. Isso não somente em termos absolutos, mas também relativos, isto é, em confronto com o resto do mundo. Como será atendido esse mercado? Inicialmente e salvo no que diz respeito aos artigos mais ordinários e elementares, quase só pela importação. A produção interna tal como vinha do tempo da colônia, era de todo insuficiente, tanto quantitativa como sobretudo qualitativamente, para atender às necessidades de um mercado acima do rudimentar. E isso durará muito tempo, mesmo no que diz unicamente respeito a gêneros agropecuários, pois a produção para o mercado externo absorvia tôdas as atenções, atividades e recursos do país. E' esse outro aspecto do sistema colonial que merece especial atenção: é que desestimula e embaraça outras atividades, constituindo assim um entrave à conveniente estruturação, com vistas às necessidades do mercado interno, das atividades produtivas do país. E' isso que explica, entre outros fatos, a carência de gêneros de subsistência que se verifica ao longo de toda nossa evolução econômica, e ainda hoje se faz sentir. A mesma coisa se poderá dizer das atividades manufatureiras que se desenvolveram por circunstâncias ocasionais e como fruto das insuficiências do sistema colonial. Serão resultado de fatores negativos, situação essa de que resultam importantes conseqüências que têm grande parce-

Importação



la de responsabilidade pelas deficiências de nossa produção. Logo veremos isso.

E' assim sobretudo a importação que deverá atender às necessidades do mercado interno; o que propõe um dos mais graves problemas que o Brasil vem enfrentando desde sua Independência, e que ainda hoje é da maior atualidade: refiro-me ao equilíbrio do balanço de contas externas. Está claro que nesse quase século e meio de história, a evolução de nossas contas externas assumiu aspectos variados. Um traço contudo é permanente: o deficit. Daí a corda bamba em que as finanças brasileiras sempre foram obrigadas a se equilibrarem, com não poucos tombos mais ou menos graves. Doutro lado, tanto as causas principais, como as conseqüências mais importantes de tal situação, sempre foram essencialmente as mesmas em qualquer momento daqueles cento e tantos anos de história econômica.

A razão originária e mais geral do desequilíbrio crônico de nosso balanço de contas externas, é que de um lado as necessidades do país cresceram e crescem ainda mais rapidamente que sua capacidade exportadora. Doutro lado a produção interna retarda sempre mais com relação a tais necessidades, o que obriga a uma importação crescente e desproporcionada àquela exportação. Finalmente, para fechar o círculo vicioso de nossas finanças externas, aquêle desequilíbrio impôs, proporcionou e afinal estimulou um financiamento

vindo do exterior e que apresentando-se embora sob várias modalidades, sempre vai dar, mais cedo ou mais tarde, num agravamento daquele mesmo desequilíbrio. Considerando tudo isso, e particularmente o fato que tal desequilíbrio e conseqüências que provoca sempre constituíram um dos mais sérios obstáculos, se não o mais sério, opostos ao desenvolvimento das fôrças produtivas do país e à estruturação de sua economia em bases sólidas e estáveis, teremos então uma perspectiva sôbre o mais profundo da nossa vida econômica e de seus vícios.

Vejam os o assunto por partes, lembrando contudo sempre que essas partes se engrenam intimamente umas nas outras; e que tôda "causa" é ao mesmo tempo efeito; donde um desenvolvimento da economia brasileira em círculo vicioso permanente onde freqüentemente o ganho representa paradoxalmente e sob muitos aspectos uma perda (felizmente o inverso é também às vêzes verdadeiro); o que em última análise não é senão reflexo do sistema colonial que está nos fundamentos da nossa organização econômica.

Considere-se em primeiro lugar a desproporção entre o crescimento das nossas necessidades e a capacidade de exportação, ou antes, a oportunidade para ela. Esse fato que vem acontecendo no curso de tôda nossa existência de país independente, deve-se muito menos à debilidade e insuficiência de nossas fôrças produtivas, que às limitações

Fobus p/  
desequilíbrio

①

do mercado externo do país. No correr daquele período, perdemos praticamente o mercado externo para o nosso açúcar, que até meados do século passado ainda tinha um ponderável consumo no exterior; em seguida, ganhamos e logo perdemos o mercado da borracha; com o cacau, embora em proporções menos violentas aconteceu coisa semelhante; e no que diz respeito ao café, apesar da posição privilegiada que sempre desfrutamos nesse terreno e que conseguimos manter até hoje, as sucessivas crises de superprodução estão aí para mostrarem que há muito estamos sempre beirando o teto do nosso mercado. E' de notar que êsse teto age sempre e para todos nossos produtos de exportação, de maneira catastrófica, dada a rigidez de nossa organização produtiva, concentrada como se encontra sempre em pequeno número de artigos, e mesmo em geral um só para cada região; bem como à natureza aleatória e podemos mesmo dizer "caprichosa" do mercado exterior quando considerado do *nosso* ponto-de-vista, isto é, como algo completamente fora do nosso alcance e ação, e sujeito a contingências inteiramente estranhas à economia brasileira. E' aqui onde se observa melhor como os corretivos automáticos que as leis do mercado teòricamente devem proporcionar, e que estão na base do dinamismo da economia capitalista, assegurando-lhe o funcionamento com um máximo possível de regularidade e eficiência, como tais corretivos não ocorrem ou são inadequados em países do

nosso tipo; e precisamente naquele setor que é para eles vital e que vem a ser o das suas atividades econômicas essenciais. Isso porque a oferta no mercado externo (que não é só nosso, e depende de condições estranhas, inclusive muitas vezes de ordem política), bem como a procura, que deriva de fatores alheios completamente à conjuntura interna, estão sujeitas a flutuações que exprimem situações sem relação alguma com o que vai dentro do país. Por isso a atuação das leis do mercado não oferece para o funcionamento e orientação da produção brasileira nenhum corretivo adequado e capaz de realizar os reajustamentos necessários.

Quando aquelas leis agem, ou estimulam exageradamente as atividades do país, o que é prenúncio de graves perturbações futuras; ou nos assentam golpes mortais. Assim uma retração do mercado externo, ou mesmo simplesmente sua estagnação ou crescimento insuficiente trazem perturbações desproporcionadas e tanto mais graves que não têm relação alguma com nossa conjuntura interior.

Podemos encontrar-nos em plena fase de expansão de nossas forças produtivas e progresso em geral das atividades econômicas, quando no momento menos oportuno e por efeito de conjunturas para que nada contribuimos, somos atingidos em cheio. Temos freqüentemente observado o efeito de tais ocorrências na limitação e mesmo redução drástica das importações para nós vitais. Isso tem sido aliás um mal crônico porque deriva da própria

oferta e procura  
em funcionamento  
equilibrado

natureza funcional de nossa economia: uma situação favorável no mercado externo estimula as atividades do país, e significa portanto um apêlo maior às importações que logo ultrapassam as possibilidades oferecidas por aquela situação momentaneamente favorável. Sobrevêm então perturbações tanto mais graves que se manifestam desde logo sob a forma de violentas oscilações do valor da moeda, o que compromete fundamentalmente as relações financeiras e convulsiona a vida econômica do país.

(9)

Esse capítulo das flutuações monetárias, que se manifesta imediatamente, entre outros efeitos, nas oscilações cambiais, constitui um dos maiores dramas da evolução econômica do Brasil desde sua Independência. Nunca tivemos nesse setor, a não ser em breves períodos, estabilidade alguma, como se observa com facilidade na curva do nosso câmbio, caprichoso ziguezague que retrata muito bem a tremenda desordem financeira e econômica do país. Não posso deter-me aqui na análise do que isso representou e representa ainda como obstáculo oposto ao desenvolvimento normal de nossas forças produtivas e bem-estar da população brasileira. Uma conclusão geral se impõe desde logo: a tendência geral daquelas oscilações no sentido da desvalorização contínua da moeda (o cruzeiro vale hoje, agosto de 1954, uma fração ínfima do que valia: 0,7% do mil-reis que herdamos de Portugal, e 1,7% daquele que nos legou o Império), o que ex-

prime muito bem o desequilíbrio crônico de nosso balanço externo de contas, e a insuficiência de nossas exportações para fazerem frente às nossas necessidades de importação. Veremos logo adiante outros fatores do desequilíbrio.

O desajustamento entre o que pagamos ao exterior e o que dele recebemos teve contudo um aspecto positivo. E' que constitui um estímulo à produção interna em substituição a importações tornadas impossíveis. Ocorre aqui algo que se assemelha à conhecida lei do "gold-point". "Algo" apenas, porque em geral não se deu no intercâmbio exterior brasileiro, nem se podia dar, a regularidade e automatismo nos dois sentidos da corrente mercantil que aquela lei teoricamente implica. Em primeiro lugar porque nunca tivemos reservas suficientes de ouro para cobrir os nossos deficits que eram permanentes. Dêsse modo, as oscilações nunca se limitaram ao gold-point; nem a oscilação relativamente insignificante dentro desse limite seria capaz de deter ou restringir a importação. As nossas compras no exterior sempre foram constituídas de artigos para os quais a produção interna não tinha substitutos — pelo menos imediatos. Assim na falta de concorrência interna, a importação continua a afluir a não ser que a flutuação cambial seja de tal vulto que se torne absolutamente proibitiva. É o que explica as consideráveis oscilações de nosso câmbio que chegaram a se exprimir por depreciações, num intervalo de

poucos meses, de mais de 50% (15). Para evitar tais oscilações, ou pelo menos atenuá-las, não houve outra alternativa que dosar as importações por processos administrativos, como vemos praticar-se desde 1930 e particularmente depois de 1947.

Em tais circunstâncias o corretivo oferecido pela depreciação cambial teve muitas vezes no Brasil o efeito de encarecer desproporcionadamente e mesmo barrar completamente importações essenciais; sem contrapartida alguma, uma vez que êsses fatos não se traduziam e não se podiam traduzir, nas condições do país, em progressos da produção interna, incapaz de oferecer substitutos adequados a tais importações. Pagamos muito caro o liberalismo econômico que dominou no Brasil até 1930, e que somente foi abandonado numa situação de desespero e por motivos de absoluta e insuperável força maior. Por isso mesmo, êle volta sempre à baila, e continua voltando, cada vez que se vislumbra uma possibilidade ilusória e cheia dos maiores riscos, de o restabelecer. Em vez de irmos para diante, olhando os fatos de frente e sem ilusões, isto é, em vez de completarmos a solução do nosso problema de contas externas com o monopólio estatal do comércio exterior que é o que evidentemente se imporá mais dia menos dia, teimamos em olhar para

(15) Há que levar aí em conta a especulação cambial que sempre contribuiu grandemente para a instabilidade de nossa moeda. Mas a raiz dessa instabilidade, e que torna a própria especulação possível, sempre foi o deficit de nossas contas externas.

MONOPÓLIO  
ESTATAL

trás e para um passado definitivamente superado, contentando-nos por isso com meias-medidas que agravam a questão cada vez mais. Deixemos contudo êsse assunto de soluções para mais adiante.

Se o efeito da depreciação cambial foi em muitos casos insuficiente para determinar uma produção interna substitutiva da importação, em outros casos ela constituiu sem dúvida um fator importante, e muitas vezes decisivo do progresso das atividades produtivas do país; em particular, da indústria manufatureira. Não quero subestimar o papel das tarifas alfandegárias; mas sem entrar em pormenores do assunto, é de lembrar que foi sobretudo a cobrança em ouro dos direitos de importação que elevou êsses direitos e os manteve efetivamente em níveis proibitivos. Assim ainda aqui agiu a desvalorização da moeda. Outro fator que estimulou o desenvolvimento industrial foram as guerras mundiais de 1914-1918 e 1939-1945, que obrigaram o país a procurar sucedâneos à importação grandemente afetada pelo conflito. Mas em geral e considerando-se o conjunto do desenvolvimento industrial brasileiro, o fator decisivo foi sem dúvida a contínua depreciação cambial. Para comprová-lo bastará observar que salvo naqueles momentos referidos de guerra, tal desenvolvimento e a prosperidade das indústrias se acentuam precisamente quando a moeda mais se desvaloriza. E pelo contrário, a indústria entra em crise quando a moeda se estabiliza ou tende para a alta, como se

verificou por ocasião das medidas de saneamento financeiro tomadas nos primeiros anos do século atual, e novamente nos anos que precederam a crise de 1929.

Desde princípios do século atual, a indústria começa a ocupar um lugar de relêvo na economia do país. Uma parte apreciável e crescente dos artigos manufaturados do seu consumo era de produção interna, dispensando assim importações correspondentes. Êste será um importante fator de equilíbrio das nossas contas externas e da normalidade financeira do país. É nessas circunstâncias que repousará em grande parte a indústria: tornara-se um elemento essencial para o funcionamento da economia brasileira que não poderá mais dispensá-lo sem comprometer seriamente seu equilíbrio. Isso dará à indústria uma grande segurança; mas terá ao mesmo tempo conseqüências muito graves. Ela poderá repousar, e faltar-lhe-á o estímulo suficiente para um apreciável progresso qualitativo. A maior parte das indústrias brasileiras viverá parasitariamente da contínua depreciação cambial e das pesadas tarifas alfandegárias que graças a essa desvalorização se faziam cada vez maiores. Não haverá para elas, ou haverá num grau insuficiente, a luta pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo progressista das emprêsas capitalistas e o responsável principal do vertiginoso desenvolvimento da indústria moderna. Pode-se dizer que os mercados virão a elas, num

apêlo à produção interna de artigos que a situação financeira do país impedia que fôssem comprados no exterior. Quanto à concorrência entre os diferentes produtores nacionais, ela será pequena porque o campo era excessivamente grande, e os recursos dêles reduzidos para empreendimentos de vulto e aspirações de envergadura. Os industriais brasileiros viverão pacificamente entre si, e fraternalmente repartindo oportunidades suficientes para todos. (16)

Além disso, a ação indiscriminada da depreciação cambial e das tarifas alfandegárias teve o efeito de estimular indústrias inteiramente fictícias, simples atividade de “ajuntamento de peças” que dependiam de fontes externas de abastecimento para tôdas suas necessidades, desde a maquinaria até a matéria-prima ou materiais semi-acabados que empregavam. Tinha perspectivas de sucesso qualquer atividade que fôsse capaz de substituir, embora mal e com artigos inferiores, uma importação tornada impossível; ou mesmo que unicamente eliminasse algum custo pago em moeda estrangeira. Isso tinha de dar como efetivamente deu, num crescimento industrial desordenado, des-

(16) Contará por muito nessa situação a relativa passividade do imaturo proletariado brasileiro; passividade essa resultante em boa parte do regime político vigente e violenta repressão policial contra as reivindicações operárias. Isso fez com que os industriais resolvessem seu problema de custo da produção não pelo aperfeiçoamento técnico, mas pelo corte na remuneração dos operários, o que se obtinha automaticamente com a defasagem entre a desvalorização monetária e a escala de progressão dos salários nominais.

conexo, mal estruturado e fundamentado. Os diferentes setores do parque industrial brasileiro não se desenvolverão em função um do outro, ajustando-se mutuamente para formarem um conjunto harmônico. Cada indústria nascerá pelo acaso de circunstâncias fortuitas, objetivando atender alguma pequena necessidade incapaz de ser satisfeita pela importação; e permanecerá por isso isolada, continuando a depender, muitas vezes no essencial, da importação. Indústrias de expressão e significado econômico secundário terão precedência sobre outras fundamentais, o que se observa em particular na debilidade e insuficiência, ainda hoje tão sentidas, das nossas indústrias de base: metalurgia, mecânica, química, etc. Ainda hoje, e em conjunto, o nosso parque manufatureiro se constitui de uma débil indústria leve que repousa de fato na indústria estrangeira. Não passa, em rigor, de um apêndice dela, uma seção de acabamento; e assim mesmo muito incompleta.

Doutro lado, se a depreciação monetária assegurava a existência dessa precária indústria graças aos preços elevados que permitia fôssem cobrados pelos seus produtos, aquela depreciação também onerava a indústria com o encarecimento do material que precisava adquirir no exterior. Esse será o caso, para tôdas as indústrias, de pelo menos a maquinaria que o país não produzia e ainda produz com a insuficiência quase total e deficiência que se conhecem. Constituirá isso um obstáculo

muito sério oposto à renovação e aperfeiçoamento das indústrias; e as já estabelecidas, mesmo quando obsoletas, gozavam com isso de um privilégio contra que dificilmente podiam lutar concorrentes novos. Isso se traduz em índices deploráveis e que bem mostram a debilidade orgânica da indústria brasileira. Assim em S. Paulo, o principal centro industrial do país, as estatísticas oficiais revelavam em 1939 que das 324.689 máquinas em funcionamento no Estado, 36.610 tinham menos de 5 anos de uso; 45.919, tinham entre 5 e 10 anos; 111.349 tinham mais de 10 anos, e 130.811 tinham idade desconhecida! (17)

Em suma, a indústria brasileira, apesar de seus aspectos positivos (que considerarei mais adiante, porque eles são antes perspectivas futuras que realidade presente) constitui um elemento muito débil e não representa essencialmente no conjunto da economia brasileira mais que a solução eventual de um problema proposto pelo sistema colonial; isto é, o da impossibilidade de balancear com as exportações, os nossos débitos no exterior. Ela resulta, como vimos, de uma insuficiência das exportações para cobrirem as necessidades da economia brasileira, o que significa uma debilidade do sistema colonial que deveria em princípio bastar-se com seu mecanismo próprio, isto é, satisfazer

(17) Estatística industrial. 1938 e 1939. Departamento Estadual de Estatística, S. Paulo-Brasil.

os débitos do país que ele mesmo determina, com as exportações que constituem sua mola mestra. A indústria forma assim, originariamente, um aspecto negativo daquele sistema. Ela é a negação, ou antes, exprime uma das negações de tal sistema; e é dêsse ponto-de-vista que deve ser considerada ainda na fase atual de nosso desenvolvimento: não passa por enquanto de mera solução a um problema proposto pelo sistema colonial. E enquanto se conservar nesse plano, como ainda essencialmente se conserva, não apresenta maiores perspectivas. Sobre tudo porque constitui uma solução muito falha. Como foi referido, a industrialização, pretendendo ou destinando-se embora a suprir importações tornadas impossíveis, não realiza essa finalidade senão muito parcialmente e de forma precária. Isso porque representa geralmente um estímulo a novas importações que logo cobrem e ultrapassam aquelas que se tratava de substituir. Qualquer nova atividade produtiva e a manufatureira em particular, desperta necessidades e provoca um consumo antes inexistente e a que o país não pode desde logo atender com produção própria. Isso diz respeito tanto ao consumo da própria indústria que se estabelece e das atividades que direta ou indiretamente ela estimula, como também ao crescimento da renda que determina e aumento de consumo que isso provoca.

Observando-se a evolução industrial brasileira pode-se acompanhar muito bem a progressão, quase geométrica, das importações destinadas ao abaste-

*Industria demanda importações*

cimento direto da produção manufatureira. Quanto ao estímulo indireto que o desenvolvimento da indústria provoca, temos como índice disso o considerável consumo de artigos importados em centros industriais, como S. Paulo em particular, em confronto com outros de baixo nível manufatureiro. Um aspecto importante dessa demanda provocada e estimulada pelo desenvolvimento industrial é o fato de se adiantar sempre, e cada vez mais acentuadamente, sobre a capacidade de importar. O que tem conseqüências muito graves, inclusive a de por aquêlê próprio desenvolvimento em xeque; o que mostra muito bem a grave crise em que se debate o nosso sistema econômico.

*Propriedade* Com relação a outro setor da produção para o mercado interno, a agropecuária, deparamos com situação que de vários pontos-de-vista é análoga. A agricultura de subsistência, em oposição à agricultura de exportação, sempre foi relegada em nosso sistema econômico a uma posição secundária e desfavorecida. Já referi anteriormente que a produção para exportação, absorvendo como absorvia o melhor das atividades e dos recursos naturais do país — solos mais férteis e situação geográfica mais favorável — constituiu sempre um desestímulo ao desenvolvimento agrícola do país em todos aquêles setores não orientados para a exportação. Eles ficaram por isso em situação subordinada e precária. Para não rebuscarmos a comprovação histórica dêsse fato, bastará lembrar o caso tão

atual, e em S. Paulo, da produção de gêneros alimentícios ( os vulgarmente chamados “cereais”, sobretudo o milho, o arroz e o feijão ) que sempre constituíram e constituem ainda em grande parte culturas intercalares das lavouras cafeeiras de que se ocupam, por conta própria, os trabalhadores de tais lavouras. As culturas alimentícias ficam assim em humilde posição dependente com relação à lavoura principal, sofrendo-lhe as contingências como atividade secundária e marginal que são. Assim quando a conjuntura do café é favorável, ou a mão de obra escasseia, reduz-se ou se abandona a cultura de cereais a fim de se concentrarem os esforços no café. Além disso, já se observou muito bem que a antiga fartura de cereais em S. Paulo, o que já hoje não mais ocorre, devia-se ao fato que enquanto progredia a expansão cafeeira, aproveitava-se o terreno em que se estavam formando os cafèzais para culturas alimentícias. Com a redução do ritmo daquela expansão, os cereais começaram a escassear; tanto mais que tendo-se deslocado a zona pioneira do café para grandes distâncias dos principais centros consumidores, os cereais encontram agora, para atingirem êsses centros, o obstáculo de transportes custosos e deficientes. Isso mostra bem como a agricultura de subsistência se conserva em posição subalterna à de exportação.

Liga-se com êsse assunto uma questão de ordem econômico-social. Com poucas exceções, e em regra de data recente, os grandes proprietários ru-

rais nunca se interessaram senão pela agricultura de exportação. Já lembrei acima o caso dos cereais em S. Paulo, cuja cultura se acha sobretudo nas mãos dos trabalhadores das fazendas. Em outras instâncias, a agricultura de subsistência constitui ocupação de pequenos e quando muito médios proprietários ou arrendatários e parceiros. Ela não conta por isso com os recursos e possibilidades dos grandes proprietários; e acha-se nas mãos de uma classe modesta, desamparada e muito desfavorecida pelas condições gerais do país. E além disso relativamente muito reduzida, porque os grandes proprietários monopolizam a maior parte das melhores terras que dedicam às culturas de exportação. Esse é particularmente o caso de S. Paulo. Nessas condições, a pequena produção dedicada à agricultura de subsistência encontra os maiores entraves para seu desenvolvimento, tanto quantitativo como qualitativo.

Em suma, a agricultura de subsistência, de um modo geral, é relegada pela produção para a exportação a um plano secundário e subordinado. E isso constitui a causa principal de seu baixo nível. Atuam nesse caso os mesmos fatores gerais que encontramos no caso da indústria: num sistema econômico voltado essencialmente para o abastecimento do mercado externo, como é e sempre foi o nosso, a produção para o mercado interno constitui uma atividade secundária, marginal, contingente; e sómente se desenvolve em função da impossibili-

dade de o consumo interno se satisfazer com a contrapartida das exportações que são as importações. Isso, no caso da agricultura de subsistência, tanto como no da indústria que vimos acima, é patente. Enquanto as nossas exportações se mantiveram em nível suficiente e capaz de fornecer recursos para se pagar com elas a importação de gêneros alimentícios, assistimos ao paradoxo de um país “essencialmente agrícola”, como se dizia e tudo parecia indicar, importando a maior e sobretudo melhor parte dos produtores agro-pecuários que necessitava para seu consumo. Até princípios desse século encontramos nas importações brasileiras quantidades apreciáveis de mercadorias como legumes, batatas, ovos, galinhas, manteiga, leite ... Ainda hoje, os nossos armazéns e empórios se acham peçados, quando a conjuntura cambial é favorável, de gêneros alimentícios importados; e eventualmente ainda importamos por vêzes artigos como batatas, o que ocorreu recentemente. Até carne congelada nos vem esporadicamente do exterior ... Que dizer então do trigo, que constitui um dos principais gêneros de alimentação no Brasil, e que só muito recentemente começa a ser produzido aqui em quantidades ponderáveis, mas longe ainda de nossas necessidades? Acrescente-se a tudo isso o fato que enquanto os nossos produtos de exportação dispõem de um aparelhamento comercial, financeiro e de transportes que em alguns casos, como em particular no do café se pode con-

siderar completo e perfeito, os de consumo interno, com poucas exceções ( talvez a única apreciável seja a do açúcar, devido a circunstâncias especialíssimas) vivem à mercê de eventualidades.

Em conclusão, a nossa agropecuária de subsistência, apesar dos progressos verificados nos últimos anos, não se estruturou ainda, nem quantitativa nem qualitativamente, de maneira satisfatória. Isso é consequência, em última análise, de seu caráter subsidiário. Pesa sobre ela, tanto como sobre a indústria a que se equipara como elemento subsidiário do sistema geral da economia brasileira, a natureza desse sistema de que ela constitui sobretudo e apenas, por enquanto, uma contingência e eventualidade infeliz. Daí a sua debilidade que faz com que não seja capaz nem de satisfazer adequadamente o próprio fim a que se destina e para que se instituiu, isto é, atender às necessidades do mercado interno em substituição à importação. As grandes importações de gêneros de subsistência a que o país ainda é obrigado, e às vezes mesmo em escala crescente, com grande dano para o equilíbrio de suas finanças externas, o comprovam.

Isso aliado às considerações que fizemos a respeito da indústria, mostra a precariedade da solução que a produção interna apresenta ao problema do crônico desequilíbrio do balanço externo de contas do país proposto pelo sistema colonial. Tal solução é insuficiente, pois a produção doméstica não supre, nem quantitativa nem muito menos qualita-

tivamente a importação. Tão pouco corrige adequadamente aquêle desequilíbrio, que tende pelo contrário, como os fatos mostram, a se agravar cada vez mais. Mas antes de considerar a produção interna, não simplesmente como solução de um problema proposto pelo sistema colonial, assim como venho fazendo até agora, e sim como algo de novo que aponta para a supressão daquele sistema e a remodelação completa e profunda de nossa estrutura econômica, analisarei o último fator, mas nem por isso o menos importante, que gerado no próprio sistema colonial e dêle inseparável, não só agrava e tende a agravar cada vez mais aquêle desequilíbrio financeiro do país, como ainda acentua em progressão crescente todos os aspectos negativos em geral do sistema. Refiro-me à penetração do capital financeiro internacional e consequências que direta ou indiretamente daí derivam.

O imperialismo (de que aquela penetração é a expressão concreta) tem sua origem entre nós, no financiamento do sistema colonial, seja promovendo direta ou indiretamente a produção para exportação, e reforçando assim aquêle sistema; seja fornecendo recursos destinados a suprir, momentaneamente embora, as insuficiências do sistema para atender às necessidades do país. Encontramos nesta última categoria os empréstimos e inversões feitos pelos grandes centros capitalistas, desde a aurora de nossa independência política, e destinados em particular a financiarem despesas e serviços

(3)

públicos; bem como cobrirem os *deficits* de nosso balanço de contas. Como se sabe, muitos de nossos apelos aos prestamistas estrangeiros foram feitos expressamente para o fim de aliviarem aquêlê balanço, diferindo débitos impossíveis de serem atendidos com recursos ordinários.

Mas isso constitui apenas um ponto de partida que é importante lembrar, embora pertença hoje à história e o imperialismo assumiu outros e mais graves aspectos, porque é com aquilo que se abriram as portas do país para a penetração do capital financeiro, e se constituíram os pontos de apoio para sua considerável progressão futura. Apoio tanto político, pois logo ficamos na posição de devedores cada vez mais precisados do credor, e por isso à sua mercê, como também econômico-financeiro. Isso porque o capital em geral, mas particularmente o capital financeiro internacional invertido em colônias como nós, é por natureza autodinâmico, isto é, se reproduz e multiplica por suas próprias forças e pela acumulação da mais-valia que drena em proveito de seus detentores; e vai assim com o tempo e mesmo sem refôrço efetivo algum, crescendo em rápida progressão. Isso é elementar, e lembro-o unicamente para assinalar a importância do simples fato do início das inversões estrangeiras em nosso país. No setor das dívidas públicas brasileiras, aquela progressão automática foi particularmente ilustrativa, como mostram as conclusões

da *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios* criada em 1931 pelo então Governo Provisório da República. (18)

No setor privado, a autofecundação e geração espontânea do capital financeiro ainda se processa muito mais vertiginosamente. Haja vista entre outros o que ocorreu num caso bem conhecido de nós todos, e que é o da *Light*, que transformou uma inversão inicial em 1899, de 6.000.000 de dólares canadenses, e sem novo concurso, neste imenso patrimônio que forma hoje o acervo daquela potência econômica. Aliás política também ...

É particularmente de notar que o fator mais favorável e certamente o decisivo da penetração imperialista do país pelo capital financeiro foi o desequilíbrio crônico de nosso balanço externo de contas; e como em última instância aquela penetração tende a agravar tal desequilíbrio, gera-se com isso um círculo vicioso e espiral que atrela a economia brasileira cada vez mais ao domínio imperialista. É sob êsse aspecto que o imperialismo aparece mais diretamente ligado ao sistema econômico colonial, e propiciado por êle, uma vez que é êsse sistema que pelas suas insuficiências constitui a causa fundamental de nossa debilidade financeira. Consideremos êsse assunto que nos mostra claramente o mecanismo da crescente penetração

(18) Os estudos da Comissão foram publicados em 4 volumes sob o título de *Finanças dos Estados do Brasil* aparecidos em 1933 e 1934.

imperialista no Brasil e as relações íntimas desse fato com o sistema colonial de nossa economia.

*história*  
Já foi referido que um dos principais trampolins do imperialismo no Brasil consistiu no financiamento destinado a cobrir necessidades que a produção interna do país era incapaz de atender, e para que não bastavam os recursos ordinários em créditos exteriores. Como se viu aliás, muitos empréstimos se contraíram no Brasil com o fim expresso e declarado de cobrir *deficits* do balanço externo de contas. Observa-se aí muito bem como o nosso desequilíbrio financeiro, cujas causas profundas estão nas deficiências do sistema colonial da economia brasileira, abre perspectivas para a penetração do capital estrangeiro. Eternamente devedores, nada mais fácil para nossos credores que transformarem seus créditos em inversões, apoderando-se assim das fontes de riqueza do país e assegurando-se com isso de uma parte crescente da mais-valia produzida pelo trabalho brasileiro. Pode ocorrer e ocorre efetivamente que tais créditos se transfiram entre os detentores e titulares individuais do capital financeiro internacional; mas isso é evidentemente de pouca ou nenhuma importância para a economia brasileira. O resultado final é sempre o mesmo, isto é, a abertura para o exterior de mais um dreno da riqueza brasileira.

Sob outra forma ainda, essa mais dissimulada mas nem por isso de menor importância, o capital financeiro se valerá do desequilíbrio permanente

de nossas contas externas; a saber, através da especulação cambial proporcionada por aquêlê desequilíbrio e as resultantes oscilações de grande amplitude do valor de nossa moeda. Essa especulação, em certos momentos, como entre outros nos anos que se seguiram à proclamação da República, se tornou famosa e se fazia às escancaras. Mais recentemente, e depois do contrôlê oficial do movimento das contas externas estabelecido em 1931, supriu-se a especulação com a sonegação e desvio de divisas negociadas depois no câmbio negro. É certo que dessa manipulação cambial participam também especuladores brasileiros; mas não estou saindo do assunto porque não há dúvidas que a parte de leão coube sempre e ainda cabe ao capitalismo internacional que tem nas mãos as principais alavancas do negócio que se liga intimamente ao comércio exterior brasileiro controlado por aquêlê capital.

Nesse capítulo das relações mais diretas entre o imperialismo e a estrutura colonial da economia brasileira, incluem-se também as inversões em indústrias que se destinam à produção para o mercado interno do país. Já toquei nesse ponto, mostrando como uma tal produção aparentemente nacional, não significa em geral, econômica e comercialmente, mais que um meio dos grandes trustes internacionais alargarem seus negócios com uma venda adicional e marginal que mesmo modesta relativamente ao vulto total de suas operações ( e

computando-se o conjunto das colônias e países periféricos do nosso tipo, aquela venda adicional não é nada desprezível ), apresenta-se como altamente vantajosa. [Em vez de exportarem seus produtos para o Brasil, produzem-nos aqui mesmo; ou antes, completam aqui o seu acabamento. Facilitam assim as vendas pela maior proximidade do mercado; e avantajam-se ainda com uma mão-de-obra mais barata que a dos países em que se situam suas matrizes.] Mas no que diz respeito ao Brasil e sua economia, isso se traduz simplesmente em pagarmos sob forma de dividendos e outras maneiras de remunerar o capital aqui aplicado, o que de outro modo pagaríamos pelas importações. Financeiramente, isso poderá significar para o país um saldo representado pelas importâncias despendidas com salários, e que permanecem no país. Trata-se contudo de uma parcela relativamente insignificante que certamente não compensa nem a força de trabalho posta assim a serviço de capitais estrangeiros e desviada portanto de atividades propriamente nacionais e integradas na economia brasileira; nem o que a presença das empresas imperialistas no próprio país importa em ampliação de vendas e portanto de maiores lucros desviados para o exterior. Num balanço final, o que os empreendimentos imperialistas trazem como economia de importações, é certamente ultrapassado com larga margem por aquilo que nos vão custar em outros itens de pagamentos no exterior.

Não insistirei nas relações entre o imperialismo e o sistema colonial, assunto já desenvolvido anteriormente onde foi visto que o capital financeiro internacional, em todas as modalidades com que se apresenta, constitui sempre, em última análise, um fator de consolidação e acentuação daquele sistema. Apoiando-se nele e embora introduzindo modificações que o adaptam à atual estrutura da economia mundial, conserva-o no essencial: com o advento do imperialismo tanto como anteriormente, o Brasil continua um país periférico e de economia complementar. Mas ao mesmo tempo que o imperialismo assegura a perpetuação do sistema colonial, mostra-se incapaz de corrigir-lhe as deficiências e resolver seus problemas. Antes pelo contrário, como vimos acima, agrava-os consideravelmente. É ele sem dúvida o principal responsável, em nossos dias, do desequilíbrio financeiro em que se debate crônicamente o país, tornando impossível a normalização de sua vida econômica. Se no passado o afluxo de capital estrangeiro, seja sob forma de financiamento ( empréstimos públicos e particulares ), seja como inversões, contribuiu momentaneamente para aliviar as nossas contas externas, e apresentava-se por isso sob um aspecto favorável, essa fase já passou há muito, pois verifica-se hoje claramente o que tal afluxo nos custou e custa ainda, e cada vez mais, como fator de profunda e crescente perturbação e desequilíbrio financeiros. É o que revela a análise de nossas contas ex-

ternas onde se observa que estamos anualmente remunerando o capital estrangeiro com importâncias crescentemente superiores àquelas que êle nos traz. A partir de 1947, quando se iniciou o cálculo das contas externas do Brasil, a situação se apresenta do seguinte modo ( em milhões de cruzeiros ) : (19)

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Rendas de inversões e outros serviços .....	1.556	3.017	3.014	3.336	3.780	2.099
Inversões .....	722	1.079	745	3.6	-182	176
Saldo negativo .....	834	1.938	2.269	2.940	3.962	1.923

A conclusão a que nos leva a análise dêsse quadro é que a penetração do capital financeiro internacional no Brasil se faz hoje à nossa custa; isto é, somos nós, em última análise, quem lhe fornece os recursos para aumentar suas inversões no país; o que significa apoderar-se de nossas fontes de riqueza e organizar a economia e as atividades produtivas do país de acôrdo com seus interesses. O que por seu turno representa uma acentuação do sistema colonial, isto é, um compromisso cada vez maior da economia brasileira com aquêle sistema. E isso ocorre ao mesmo tempo que se agravam as contradições do sistema e se evidenciam mais as suas insuficiências, de que o desequilíbrio financeiro que acabamos de analisar constitui o efeito e o índice mais saliente e de conseqüências imediatas mais graves.

(19) Dados publicados no Anuário Estatístico do Brasil, 1953, do I.B.G.E.

V

A conclusão geral que nos autorizam as observações anteriores, é que o sistema colonial da economia brasileira, que vem desde o início da nossa formação, atingiu nos dias de hoje um extremo de sua trajetória, e mostra-se incapaz de resolver as contradições geradas em seu seio e em que êle se afunda cada vez mais. Já não se trata mais para êle simplesmente de uma crise cíclica como essas muitas que sofreu no passado quando se invertia uma conjuntura favorável, abrindo-se uma fase de estagnação e declínio econômicos. Embora não seja esta uma hipótese remota, como logo veremos, não é o que presentemente ocorre, porque a conjuntura do café, em que fundamentalmente se apoia o ciclo que ora vivemos, ainda se apresenta, no geral, favorável; e assim vem sendo há um século e mais. No entretanto, apesar dessa excepcional e tão duradoura situação, o país tem vivido, e vive ainda em crise crônica, interrompida quando muito por breves momentos de illusória euforia como aquela que se seguiu ao término da última guerra, mas que já de uns tempos para cá foi substituído por

conclusão

crise  
crônica

crise  
longo prazo